



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBÉIS**

**KALINE SOARES PINTO**

**DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS: um estudo no setor de utilidades  
públicas do novo mercado no período de 2015 e 2016.**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2017**

**KALINE SOARES PINTO**

**DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS: um estudo no setor de utilidades  
públicas do novo mercado no período de 2015 e 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Ativo intangível.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Ferreira Dantas.

**CAMPINA GRANDE – PB  
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P659d Pinto, Kaline Soares.  
Disclosure dos ativos intangíveis [manuscrito] : um estudo no setor de utilidades públicas do novo mercado no período de 2015 e 2016 / Kaline Soares Pinto. - 2017.  
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.  
"Orientação : Prof. Me. Ricardo Dantas Ferreira, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Disclosure. 2. Ativo intangível. 3. Evidenciação contábil.  
4. Demonstrações contábeis.

21. ed. CDD 657

**KALINE SOARES PINTO**

**DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS: um estudo no setor de utilidades  
públicas do novo mercado no período de 2015 e 2016**

Artigo apresentado ao Programa de Graduação  
em Ciências Contábeis da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Contábeis.

Área de concentração: Ativo Intangível.

Aprovada em: 04 / 12 / 2017

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Me. Ricardo Ferreira Dantas (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. José Luiz Cavalcante  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. MSc. Sidney Soares de Toledo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Mudaste o meu pranto em dança, a minha veste de lamento em veste de alegria, para que o meu coração cante louvores a ti e não se cale Senhor, meu Deus, eu te darei graças para sempre.”

Salmos 30:11-12

## **AGRADECIMENTOS**

À Senhor e Soberano Deus por todo discernimento, livramento e coragem para iniciar e perseverar até o fim; eu sempre soube que nunca estive só.

Ao meu pai Rogério Pinto, por todo apoio incondicional, por ter escolhido a profissão que quero exercer por toda minha vida, por estar comigo desde o primeiro passo na UEPB – literalmente – até o último, por se colocar em segundo plano enquanto me colocava em primeiro, por pensar em mim acima de seus próprios interesses e por ser o ser humano que me orgulha todos os dias. Todo esforço foi por ele.

À minha mãe Celina Pinto por ser a melhor em todos os sentidos que o Altíssimo Deus poderia me dar.

Às minhas irmãs que compreenderam cada período difícil e me ampararam foi fundamental.

Ao meu amigo e namorado Pedro Felix que se fez presente ao longo de toda essa minha trajetória acadêmica e foi o meu sustento quando necessário.

Ao professor e orientador Ricardo Dantas, por ser um profissional ético e justo no qual o meu pai se espelhou para me aconselhar a seguir a sua profissão.

À todos os demais professores que estiveram comigo ao longo dessa jornada e que compreenderam todos os meus horários e todas as vezes que eu tinha que conciliá-los com o trabalho.

Aos colegas de turma que contribuíram de forma direta ou indiretamente, de maneira que me ajudaram com os afazeres acadêmicos ou a ser mais forte enquanto achei que não seria.

Aos demais funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>08</b>
2.1	<b>Ativo Intangível.....</b>	<b>09</b>
2.2	<b>Evidenciação Contábil .....</b>	<b>12</b>
2.3	<b>Novo Mercado.....</b>	<b>13</b>
2.4	<b>Setor de Utilidade Pública .....</b>	<b>14</b>
2.5	<b>Estudos Correlatos .....</b>	<b>15</b>
3	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
4	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>18</b>
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>20</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>

## **DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS: um estudo no setor de utilidades públicas do novo mercado no período de 2015 e 2016**

PINTO, Kaline Soares\*

### **RESUMO**

Um dos objetivos básicos da contabilidade é prover seus usuários com informações que seja capaz de fazer a diferença no processo de tomada de decisão. Dessa forma, é preciso que as informações sejam evidenciadas da melhor forma possível. Assim, objetivo geral da pesquisa é averiguar o nível de evidenciação das informações obrigatórias dos ativos intangíveis exigidas no CPC 04 nos relatórios apresentados pelas empresas do setor de utilidade pública que participam do novo mercado da BM&FBOVESPA no período de 2015 e 2016. Para alcançar os objetivos propostos realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, conduzida por meio de análise documental com consulta através de notas explicativas, demonstrações contábeis e relatórios financeiros da administração. Para essa análise, tomou-se como base o conceito de ativo intangível de acordo com o CPC 04, observando quais informações as empresas divulgam analisado por meio de um questionário com 21 itens adaptado de Moura. Os resultados demonstraram que nenhuma empresa evidenciou em 100% os intangíveis conforme orientações do CPC 04, sendo a empresa EDF Energias do Brasil S.A a que obteve o maior índice de evidenciação com 69,05% de divulgação média por ano, representando, assim, um bom índice e uma agradável disponibilidade desses itens nas suas demonstrações contábeis. No geral conclui que as empresas do setor de utilidades públicas apresentam um bom índice evidenciação dos seus ativos intangíveis.

**Palavras-chave:** Disclosure. Intangível. Utilidades Públicas.

### **1 INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas ocorreram diversas mudanças no cenário contábil mundial com a finalidade de diminuir as divergências contábeis existentes entre os países, como o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Entre estas mudanças estão àquelas relacionadas à evidenciação de informações geradas pela contabilidade e divulgadas aos investidores, credores, e demais usuários da informação contábil.

A evidenciação é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários, tendo com essência a apresentação de informações quantitativas e qualitativas de maneira ordenada, realizada com base nas informações advindas dos registros contábeis (IUDÍCIBUS, 2001). Sendo as demonstrações contábeis, notas explicativas, relatórios de administração e pareceres de auditoria as principais formas de evidenciação contábil.

---

\* Aluna de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus I. Email: kaliine.soares@hotmail.com

No entanto, alguns elementos patrimoniais são mais difíceis de serem evidenciados, como por exemplo, os ativos intangíveis. De acordo com Zittei, Kloeppele e Klann (2013) o problema com a maioria dos intangíveis concentra na dificuldade de identificá-los, fazendo com que empresas, seja por dificuldade ou por falta de entendimento suficiente das exigências legais, não o reconheçam nas demonstrações contábeis, afetando, assim, a qualidade informação contábeis.

Por outro lado, espera que empresas que adotem práticas de Governança Corporativa busquem desenvolver mecanismos para melhorar a evidenciação, as tornando mais transparentes. O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBCG destaca o dever da companhia em informar, não se restringindo ao desempenho econômico financeiro, mas deve contemplar também os demais fatores, inclusive intangíveis, que norteiam a ação empresarial e que conduzem à criação de valor.

Diante desse contexto, surge a seguinte problemática: **Qual o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas do setor de utilidade pública que participam do novo mercado da BM&FBOVESPA?**

O objetivo geral da pesquisa é averiguar o nível de evidenciação das informações obrigatórias dos ativos intangíveis exigidas no CPC 04 nos relatórios apresentados pelas empresas do setor de utilidade pública que participam do novo mercado da BM&FBOVESPA no período de 2015 à 2016.

A pesquisa se justifica pela importância crescente dos ativos intangíveis nas empresas, de forma que sua evidenciação é fundamental para compreensão do potencial de desempenho das organizações. Não evidenciá-los é privar os usuários das informações contábeis de não ter acesso as informações que represente a empresa em sua plenitude.

A presente pesquisa encontra-se estruturada em introdução sobre o assunto, bem como pelas características gerais do trabalho. Em um segundo momento é apresentado o referencial teórico sobre ativo, taxonomia dos intangíveis e estudos correlatos. Em seguida, são apresentados os aspectos metodológicos e, na sequência, os principais resultados quanto ao tratamento dos dados. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

## 2.1 Ativo Intangível

Os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da contabilidade, tendo em vista sua dificuldade de definição, incertezas sobre sua mensuração e problemas quanto a estimativa de suas vidas úteis (Hendriksen e Van Breda, 1999).

De acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC-04, o ativo intangível é um ativo não monetário, identificável e sem substância física. E deve atender a definição de ativo para ser considerado com tal, ou seja, ser um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para entidade.

Para um ativo intangível ser reconhecido, é necessário que atenda às seguintes características (CPC-04):

**Identificável:** Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando: (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

**Controle:** A entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de direitos legais que possam ser exercidos num tribunal. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

**Benefício econômico futuro:** Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras.

Lemos *et al* (2010) apresenta um resumo dos procedimentos que deverão ser adotados com relação aos ativos intangíveis:

**Quadro 1 - Procedimentos contábeis aos ativos intangíveis**

<b>TRATAMENTO CONTÁBIL</b>	<b>PRÁTICAS A SEREM ADOTADAS</b>
<b>RECONHECIMENTO</b>	a) Avaliar se ativo gerará benefícios econômicos futuros; b) Mensuração confiável do custo do ativo.
<b>MENSURAÇÃO</b>	a) Avaliar a possibilidade de estimar com segurança o ativo. b) O método de amortização utilizado;
<b>EVIDENCIAÇÃO</b>	a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se infinitas, informar o método adotado de estimação; b) O método de amortização utilizado; c) O valor contábil bruto e a amortização acumulada.

**Fonte:** Adaptado Lemes *et al*, 2010.

Observa-se que para ser reconhecido como um ativo é preciso avaliar a capacidade do bem em gerar benefícios econômicos futuros, e se pode estimar com confiabilidade seu valor. Caso contrário, mesmo que seja evidente a capacidade do bem em gerar benefícios futuros, sem um bom parâmetro de mensuração o mesmo não constará das demonstrações contábeis da entidade, de forma que as informações reportadas pelas empresas no que se refere ao seu patrimônio não representará sua realidade.

Em virtude do processo de globalização e conseqüentemente as mudanças no ambiente empresarial, as entidades nos dias atuais atuam na era da informação e do conhecimento, de forma que os ativos intangíveis ganharam um papel de destaque, onde as organizações que melhor gerenciarem seus intangíveis obterão vantagem competitiva.

Coelho (2010) expõe que ativos intangíveis são sem sombra de dúvidas muito importantes para as empresas no cenário atual. Em muitos casos, os ativos intangíveis são mais relevantes e mais significativos para a empresa do que as máquinas, móveis e imóveis, ou seja, os ativos tangíveis.

Dada essa nova era (informação e conhecimento) muitos são os tipos de ativos intangíveis. Rita *et al* (2010) relacionou alguns tipos:

**Quadro 2** – Exemplo de Ativos Intangíveis

<b>Goodwill</b>	Representa um agregado de benefícios econômicos futuros, um conjunto de intangíveis não identificáveis no processo de aquisição, para os quais objetivamente não é possível proceder-se a uma contabilização em separado.
<b>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</b>	Valor superior ao valor patrimonial de uma ação, pago em operações de aquisição de controle acionário ou de participações acionárias no capital de uma companhia.
<b>Marcas</b>	Símbolo, termo ou nome que identifica um produto ou empreendimento comercialmente.
<b>Patentes</b>	É uma invenção que causa desenvolvimento tecnológico.
<b>Direitos autorais</b>	É o direito concedido ao autor sobre suas criações artísticas.
<b>Software</b>	Sistemas lógicos que processam dados de acordo com instruções programadas.
<b>Desenvolvimento</b>	Gastos efetuados para a geração de novos conhecimentos, produtos ou serviços.

**Fonte:** Rita *et al* (2010).

Observa-se uma grande quantidade de tipos de ativos intangíveis, por isso, existem diversos aspectos que precisam ser observados quando de seus tratamentos.

No que se refere ao reconhecimento e mensuração inicial do ativo é preciso observar se o ativo advém de uma aquisição separada; como parte de uma combinação de negócios; através de subvenção ou assistência governamental; se por permuta com outros ativos; se derivado do ágio da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente ou gerado internamente.

Tal separação é importante em virtude de seu tratamento. Por exemplo; quando de uma aquisição em separado, normalmente o preço que a entidade paga para adquirir separadamente um ativo intangível reflete sua expectativa sobre a probabilidade dos benefícios econômicos futuros esperados, incorporados no ativo, serem gerados a seu favor, sendo este seu valor do reconhecimento inicial (CPC 04). Quanto se referir a subvenção ou assistência governamentais é comum as empresas reconhecer inicialmente ao seu valor nominal acrescido de quaisquer gastos que sejam diretamente atribuídos à preparação do ativo para o uso pretendido.

Outro aspecto importante no que se refere aos ativos intangíveis é sua vida útil, se definida ou indefinida, pois influenciará sua amortização. A vida útil de um intangível pode ser influenciada por fatores econômicos e legais. Os econômicos determinarão o período que a empresa receberá benefícios econômicos futuros, enquanto que os legais podem restringir o período de controle desses benefícios pela entidade.

## 2.2 Evidenciação Contábil

Com o atual crescimento das organizações, alcançado sobretudo pelas estratégias empresarias, como os processos de reorganizações societárias, as empresas não mais estão limitadas as fronteiras de seus países sedes, alcançando novos mercados com uma maior variedade de produtos e consumidores mais ávidos por inovações, exigindo, assim, que maior atenção seja atribuída à transparência e confiabilidade das empresas. Portanto, a evidenciação contábil deve estar cada vez mais presente, de modo a divulgar a real situação da empresa por meio de relatórios. Portanto, a evidenciação contábil deve estar cada vez mais presente, de modo a divulgar a real situação da empresa por meio de relatórios. (BEUREN; THEISS e SANT'ANA; 2013).

A evidenciação contábil faz parte do compromisso da contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos, podendo ocorrer de diversas formas, no entanto, sempre deve atender sua finalidade, considerando os aspectos da materialidade e relevância (IUDÍCIBUS, 2006).

Iudícibus (2006) apresenta várias formas de evidenciação contábil que estão disponíveis:

1. Forma e apresentação das demonstrações contábeis;
2. Informação entre parênteses;
3. Notas explicativas;
4. Quadros e demonstrativos suplementares;
5. Comentários do auditor; e
6. Relatório da administração.

O autor esclarece que no Brasil prevalece que a ideia que a evidenciação é sinônima de notas explicativas, quando na verdade a evidenciação principal está contida nos próprios relatórios formais.

Filho, Lopes e Pederneiras (p. 267, 2009) dizem que “o termo evidenciação refere-se a tornar claro, evidente. Quando utilizado em contabilidade, significa divulgar algum tipo de informação e que provocará algum tipo de impacto no usuário.”

Por sua vez, Niyama e Gomes (1996) afirmam que:

Evidenciação [...] diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Observa-se que não basta evidenciar, é preciso que as informações divulgadas sejam de qualidade, ou seja, possam fazer a diferença no processo decisório. a informação contábil-financeira para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível (CPC 00).

### **2.3 Novo Mercado**

O novo mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das maiores práticas de governança corporativa para alcançar seu objetivo organizacional, com transparência, visando um desenvolvimento sustentável.

O novo mercado foi lançado no ano 2000, onde estabeleceu desde sua criação um padrão de governança corporativa altamente diferenciada. A partir da primeira listagem, em 2002, ele se tornou o padrão de transparência e governança exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital, sendo recomendado para empresas que pretendam realizar ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor, sejam investidores institucionais, pessoas físicas, estrangeiros etc. (BM&FBOVESPA, 2009).

O novo mercado está relacionado a boas práticas de governança corporativa, sendo definido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2017) como: “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.”

O IBCG (2017) acrescenta que:

De acordo com a teoria desenvolvida, os executivos e conselheiros contratados pelos acionistas tenderiam a agir de forma a maximizar seus próprios benefícios (maiores salários, maior estabilidade no emprego, mais poder, etc.), agindo em interesse próprio e não segundo os interesses da empresa, de todos os acionistas e demais partes interessadas (stakeholders). Para minimizar o problema, os autores sugeriram que as empresas e seus acionistas deveriam adotar uma série de medidas para alinhar interesses dos envolvidos, objetivando, acima de tudo, o sucesso da empresa. Para tanto, foram propostas medidas que incluíam práticas de monitoramento, controle e ampla divulgação de informações. A este conjunto de práticas convencionou-se chamar de Governança Corporativa.

Percebe-se que o objetivo da governança corporativa é reduzir o comportamento oportunista de todos os envolvidos com a entidade e assim diminuir a assimetria da informação. Para ingressar no novo mercado a BM&FBOVESPA existem regras, as quais podem ser enumeradas como segue:

### Quadro 3 – Algumas regras do Novo Mercado relacionadas à estrutura de governança

O capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;
No caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (tagalong de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador;
Instalação de área de Auditoria Interna, função de Compliance e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário);
Em caso de saída da empresa do Novo Mercado, realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por valor justo, sendo que, no mínimo, 1/3 dos titulares das ações em circulação devem aceitar a OPA ou concordar com a saída do segmento;
O conselho de administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos;
A empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% das ações em circulação (freefloat), ou 15%, em caso de ADTV (averagedaily trading volume) superior a R\$ 25 milhões;
Estruturação e divulgação de processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria;
Elaboração e divulgação de políticas de (i) remuneração; (ii) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transação com partes relacionadas; e (v) negociação de valores mobiliários, com conteúdo mínimo (exceto para a política de remuneração);
Divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos e press releases de resultados;
Divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.

Fonte: BM&FBovespa (2016).

Observa-se que para empresa ingressa no nível de governança corporativa novo mercado é preciso seguir regras rígidas.

## 2.4 Setor de Utilidade Pública

O setor de utilidade pública da BM&FBovespa reúne todas as atividades relacionadas ao fornecimento de serviços de necessidade básica para a população em geral: energia elétrica, gás natural e abastecimento de água.

O setor elétrico brasileiro é um dos mais importantes setores de infraestrutura do país, sendo composto por empresas privadas e públicas que possuem como principais ativos os intangíveis de grande valor econômico, como as concessões governamentais. Suas atividades são orientadas por normas e leis emanadas do poder legislativo e executivo e dos órgãos reguladores como a Agência Nacional de Energia Elétrica (REIS et al. 2017).

O setor de abastecimento segundo o inciso I do artigo 3º da Lei nº 11.445/07 é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O gás natural é uma fonte de energia não renovável oriunda de combustíveis fósseis, encontrada no subsolo através de jazidas de petróleo e é composto por uma mistura de hidrocarbonetos leves. O gás natural é considerado um combustível limpo quando comparado com outros combustíveis fósseis (ALMEIDA, 2011).

A indústria do gás natural no Brasil ainda é incipiente tendo sua produção iniciado apenas na década de 60 do século passado no Estado da Bahia e ainda de forma associada com o petróleo. Essa produção associada gás natural- petróleo prevalece até os dias atuais, fato que refletiu em toda a sua regulamentação (CAMACHO, 2005).

## 2.5 Estudos Correlatos

Esse tópico objetiva apresentar alguns estudos correlatos com o desenvolvido, enfatizando a importância do tema.

**Quadro 4 - Estudos Correlatos**

Sahut, Boulerne e Teulon (2011).	Identificaram que houve um aumento estatisticamente significativo nos valores reconhecidos como intangíveis nas empresas europeias, após a adoção das normas internacionais de contabilidade propostas pelo IASB.
Caldas e Carvalho (2011)	Relatam que “grande parte das organizações não evidencia os recursos intangíveis em seus demonstrativos financeiros”.
Crisóstomo (2009)	Identificou em sua pesquisa que 20% das 86 empresas não financeiras listadas na BM&FBOVESPA estudadas pelo autor no período de 2005 até a emissão da Lei 11.638/07 e do CPC 04 realizavam a divulgação voluntária dos seus ativos intangíveis.
Rolim (2009)	Investigou o nível de evidenciação dos ativos intangíveis de acordo com IAS 38 pertencente ao FTSE100 da bolsa de Londres em 2006. Os resultados assinalam que apenas 18,6% das empresas da amostra atingiram 100% de evidenciação dos ativos intangíveis, mesmo que estivessem obrigadas legalmente a fazê-las.
Colauto et al.(2008)	Analisaram o conteúdo da evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos Relatórios da Administração (RA) das companhias abertas brasileiras no ano de 2006. A coleta de dados utilizou como população alvo as empresas dos três níveis de governança corporativa da BMF&Bovespa. A amostra foi composta por 80 empresas que apresentaram RA do Exercício de 2006. A partir do R.A. foi realizada análise de conteúdo à menção (ou não) de 39 características intangíveis relacionadas à Estrutura Externa, Estrutura Interna, e Competência Individual. As correlações paramétricas e não paramétricas denotaram ser pouco substanciais, embora mais expressiva para as empresas do Novo Mercado.
Moura (2011)	Estudou a conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa considerando as maiores empresas nos setores no ano de 2009. Entre os intangíveis evidenciados, destacaram-se os softwares e o ágio sobre investimentos. Em relação à qualidade das práticas de governança, encontrou-se um índice médio de 55% e quanto ao nível de evidenciação de informações sobre intangíveis, um índice médio de 75%.

	Foram encontradas diferenças significativas entre os setores quanto aos índices que se demonstraram superiores nos setores com maiores proporções de intangíveis.
Mazzoni, Domenico e Bedin (2014)	Investigaram o nível de evidenciação das informações obrigatórias exigidas pelo CPC 04 em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, referente ao exercício de 2011. O estudo verificou que o maior índice de conformidade foi de 95% e o menor foi de 0% da evidenciação compulsória.
Moura et al. (2011)	Analisaram as boas práticas de governança corporativa e evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. Os dados coletados demonstraram que entre as maiores empresas brasileiras listadas nos diversos setores econômicos da BM&F Bovespa, aquelas com maior conformidade quanto ao disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de governança corporativa.

**Fonte:** Adaptado de Oro Et al (2015), Lopes Et al (2014).

Observa-se a amplitude de pesquisas científica sobre a questão da evidenciação dos ativos intangíveis.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, pois “tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis (SILVA, 2003, p.65)”.

Em relação aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados configuram-se como pesquisa bibliográfica, sendo “(...) desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44) e pesquisa documental que “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou pode ser reelaborado” (SILVA, 2003, p.65).

Os procedimentos metodológicos com relação à abordagem do problema são qualitativos, pois a pesquisa compreende variáveis obtidas diretamente das informações financeiras das próprias empresas buscando apenas analisá-las quanto à convergência das normas internacionais no que tange a contabilidade dos ativos intangíveis. Os dados coletados se referem aos balanços patrimoniais de 12 (doze) empresas do segmento de utilidades públicas do novo mercado listadas na Bovespa, tomando como base os relatórios referentes ao ano de 2015 e 2016 e suas respectivas notas explicativas.

**Quadro 5:** Amostra da pesquisa

<b>Energia</b>	<b>Gás</b>	<b>Saneamento básico</b>
CPFL Energia S.A.	Óleo e Gás Participações S.A.	Cia Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG
CPFL Energias Renováveis S.A.	Ultrapar Participações S.A.	Cia Saneamento básico Est. São Paulo
EDF Energias do Brasil S.A.		
ENEVA S.A.		
Engie Brasil Energia S.A.		
Equatorial Energia S.A.		
Light S.A.		
Ômega Geração S.A.		

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Foi realizado um estudo analítico dos dados coletados para verificação dos tipos de ativos intangíveis, evidenciados no balanço patrimonial, nas notas explicativas das empresas selecionadas.

Para verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas selecionadas utilizou-se de 21 perguntas elaboradas por Moura *et al* (2010) que podem expressar com clareza as exigências do CPC 04 demonstrado. Sendo utilizado nota 1 ou 0 em caso de divulgação e não divulgação, respectivamente – pelas empresas analisadas.

**Quadro 6:** Índice de evidenciação dos ativos intangíveis

<b>Dimensão de ativos intangíveis</b>		<b>Perguntas para construção do índice de ativos intangíveis</b>
I. Valor do Intangível/ Amortização	1	Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?
	2	Divulgou o valor de custo do intangível no final do período?
	3	Divulgou a amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período?
	4	Divulgou o valor líquido do intangível no início do período?
	5	Divulgou o valor líquido do intangível no final do período?
	6	Divulgou o valor de custo do intangível no início do período?
	7	Divulgou eventual amortização acumulada no início do período?
	8	Divulgou qualquer amortização reconhecida no período?
	9	Divulgou a vida útil intangível como definida ou indefinida?
II. Vida útil	10	Divulgou os motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil de definida ou indefinida?
	11	Divulgou os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?
	12	Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?
	13	Divulgou a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi concluída?

III. Conciliação do valor contábil	14	Divulgou informações sobre adições, baixas e transferências indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?
	15	Divulgou informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas?
	16	Divulgou informações sobre intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o CPC 01?
	17	Divulgou informações sobre realizações de testes de <i>impairment</i> e constituição da provisão de perda, quando aplicável?
	18	Divulgou total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período?
IV. Informações recomendáveis/Não obrigatórias	19	Divulgou a descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação?
	20	Divulgou breve descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios de reconhecimento do CPC 04 (2010) ou porque foram adquiridos ou gerados antes de sua entrada em vigor?
	21	Realizou a separação das classes em menores (maiores) caso resulte em informação mais relevante para os usuários das demonstrações?

Fonte: Adaptado de Moura et al. (2010); CPC 04 (2010)

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No estudo foram consideradas as variáveis do nível de evidenciação de informações sobre o ativo intangível, em observância às exigências do CPC 04 (2010). Para obtenção dos dados analisados foi realizada coleta de dados divulgados nas notas explicativas, no balanço patrimonial e demonstração de resultado por cada empresa nos anos de 2015 e 2016.

A partir da análise, obtive um quadro que apresenta o nível em porcentagem de evidenciação das informações dos ativos intangíveis das empresas que participam do novo mercado do setor de utilidades nos períodos de 2015 e 2016.

**Quadro 7:** Grau de evidenciação dos ativos intangíveis (em %)

Empresas	2015	2016
CPFL Energia S.A.	47,62%	42,86%
CPFL Energias Renováveis S.A.	61,90%	61,90%
EDF Energias do Brasil S.A.	71,43%	66,67%
ENEVA S.A.	47,62%	47,62%
Engie Brasil Energia S.A.	38,10%	38,10%
Equatorial Energia S.A.	52,38%	33,33%
Light S.A.	38,10%	42,86%
Ômega Geração S.A.	57,14%	52,38%
Óleo e Gás Participações S.A.	19,05%	14,29%

Ultrapar Participações S.A.	52,38%	52,38%
Cia Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG	42,86%	42,86%
Cia Saneamento básico Est. São Paulo	61,90%	52,38%

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2017).

Observa-se no quadro 06 que nenhuma empresa foi evidenciada 100%, sendo a empresa EDF Energias do Brasil S.A a que obteve o maior índice de evidenciação com 69,05% de divulgação média por ano. Em seguida, CPFL Energias Renováveis S.A, com 61,90% de evidenciação. Na sequência e em terceiro lugar, a Cia Saneamento Básico do Estado de São Paulo apresentou 57,14% média por ano.

Na ordem decrescente, verificou-se que a empresa Óleo e Gás Participações S.A., com apenas 16,67% anual apresentou o menor índice de evidenciação. Em segundo lugar, a Engie Brasil Energia S.A., divulgou 38,10%. Logo após a empresa Light S.A. evidenciou 40,48%, como média anual.

Para um maior entendimento, a tabela abaixo destaca em qual faixa de evidenciação em percentual se encontra cada índice de evidenciação do ativo intangível.

**Tabela 1:** Faixa percentual de evidenciação por item.

FAIXA DE EVIDENCIAÇÃO (EM %)	ITENS DO ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO
0 A 20%	
20% A 40%	9
40% A 60%	1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 12
60% A 80%	2, 3
80% A 100%	

**Fonte:** Elaborado pelo Autor (2017).

Destaca-se na Tabela 1, a primeira e a última faixa, com menor e maior quantidade de itens de evidenciação, respectivamente, não obtiveram nenhum resultado. Já a faixa com maior resultado foi a de 40% a 60%, com um somatório de 10 empresas e chegando a 83,33%. Em seguida, a faixa com o segundo melhor resultado foi a de 60% a 80%, com 16,67% da amostra e por último, a faixa de 20% a 40%, com 8,33% - apenas uma empresa.

Os resultados indicam que o nível de atendimento entre as empresas é considerado bom, podendo observar que a maioria se tem um grau agradável de evidenciação e assim, demonstrando um domínio de entendimento sobre a importância deste tipo de informação.

Abaixo, encontram-se quadros comparativos de itens evidenciados nos anos de 2015 e 2016 com relação as questões elaboradas por Moura *et al* (2010) e que podem expressar com clareza as exigências do CPC 04.

**Quadro 8:** Quantidade de itens de evidenciação dos ativos intangíveis

Empresas	Evidenciação dos ativos intangíveis	
	2015	2016
CPFL Energias S.A.	13	13
CPFL Energias Renováveis S.A.	10	9
EDF Energias do Brasil S.A.	14	14
ENEVA S.A.	10	10
Engie Brasil Energia S.A.	8	7
Equatorial Energia S.A.	11	5
Light S.A.	8	9
Ômega Geração S.A.	11	11
Óleo e Gás Participações S.A.	4	3
Ultrapar Participações S.A.	11	11
Cia Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG	9	9
Cia Saneamento básico Est. São Paulo	13	11
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>	<b>112</b>

**Fonte:** Elaborado pelo Autor (2017).

Observa-se que os itens foram evidenciados de forma bastante parecida, com uma pequena discrepância entre os anos. É notório que as empresas – basicamente – seguem o mesmo nível de evidenciação de um ano para o outro.

Mostra-se que no ano de 2015 houve maior divulgação em relação a quantidade de itens do ativo intangível – uma diferença de 10 itens comparados a 2016. Também pode-se observar que não há uma discrepância grande sobre a divulgação das empresas comparando um período ao outro: a diferença é, em sua maioria, de apenas 1 item. Algumas até permaneceram o mesmo nível de evidenciação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou identificar o nível de evidenciação do ativo intangível de acordo com o CPC 04 que tem como objetivo principal definir o tratamento contábil a ser dado aos

ativos intangíveis bem como sua forma de controle, reconhecimento e mensuração, identificação e aplicação nas empresas se segmento de utilidade pública do novo mercado no período de 2015 e 2016. Foram totalizadas em 12 empresas e as informações presentes foram retiradas das suas respectivas demonstrações contábeis e notas explicativas.

Verificou-se que dentre as 12 empresas listadas para construir o índice de evidenciação dos ativos intangíveis, o mais evidenciado pela amostra refere-se à divulgação de intangíveis no índice de 40% a 60%.

Constatou-se um grau de 47,42% de itens mais evidenciados pelas empresas, o que representa um resultado significativamente bom em relação aos 21 itens citados mostrando que pouco menos da metade dos itens analisados não são divulgados pelas empresas nas informações financeiras.

Denota-se que, boa parte das empresas não se preocupa em publicar dados relacionados ao seu ativo intangível, mostrando um índice alto da falta de divulgação abrangente que enquadre os itens intangíveis importante para melhor visão não só da gestão mais dos investidores. Situar-se no novo mercado requer um diferencial competitivo.

Como limitação, a pesquisa se restringiu em estudar apenas as empresas do setor de utilidades do novo mercado listadas pela BM&Fbovespa no período de 2015 e 2016. Para as próximas pesquisas, recomenda-se que seja feita uma análise sobre as empresas do nível 1 e 2 de governança corporativa como forma de comparação e ainda um questionário mais detalhado acerca do tema, constituído de outras classificações de evidenciação.

## **DISCLOSURE OF INTANGIBLE ASSETS: a study without public utilities sector of the new market without period of 2015 and 2016.**

### **ABSTRACT**

One of the basic goals of accounting is to provide its users with information that is able to make a difference in the decision making process. In this way, information needs to be highlighted as best as possible. Thus, the general objective of the research is to investigate the level of disclosure of mandatory information on intangible assets required by CPC 04 in the reports submitted by public sector companies participating in the new market of BM & FBOVESPA in the period of 2015 and 2016. To achieve the objectives a descriptive research was carried out, with a qualitative approach, conducted through documentary analysis with consultation through explanatory notes, financial statements and financial reports of the administration. For this analysis, the concept of intangible assets was taken as the basis according to CPC 04, observing which information the companies disclose analyzed through a questionnaire with 21 items adapted from Moura. The results showed that no company showed 100% of intangible assets according to CPC 04 guidelines, with EDF Energias do

Brasil SA having the highest disclosure index with 69.05% average disclosure per year, thus representing a good index and a pleasant availability of these items in their financial statements. In general, it is concluded that public utilities present a good indication of their intangible assets.

**Keywords:** Disclosure. Intangible. Utilities.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edgar Nunes de. **AVALIAÇÃO TEÓRICA E EXPERIMENTAL DA GASEIFICAÇÃO DE BIOMASSA DE EUCALIPTO TORREFICADO PARA GERAÇÃO DE ENERGIA**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente, 2011.

BM&F BOVESPA, **Empresas listadas**. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso: em 27 de agosto de 2017.

BM&FBOVESPA, **Demonstrativos financeiros**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 18 de setembro de 2014>. Acesso em: 27 de agosto de 2017.

CAMACHO, F. T. **Desenhos de Mercado do Setor de Gás Natural e o Caso Brasileiro**. Tese de mestrado, EPGE, Fundação Getúlio Vargas. 2005.

COELHO, C.U.F.; LINS, L.S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

FILHO, J.F.R., LOPES, J., PERDENEIRAS, M. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon e VAN BREDÁ, Michael. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IASB. International Accounting Standards Board. **Normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: IBRACON, 2001.

IBDC. **Origens da Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/origens-da-governanca>>. Acesso em: 25 out. 2017.

IUDÍCUBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KLOEPPEL, Nilton, ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira, KALNN, Roberto Carlos. **Ativos Intangíveis: Reconhecimento em Empresas de Utilidade Pública Listadas na BM&FBovespa**. Revista de estudos contábeis – Londrina – PR, Brasil. REC v.4 – n.7 – p. 98-115, Jul./Dez.2012.

LEMES, Sirlei e CARVALHO, L.N.GUEDES. **Contabilidade Internacional para Graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, L. Costa, ALVES, N.Marques, FILHO, L. L.Silva, Etall. **Evidenciação Das Informações Dos Ativos Intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04**. Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol.15. No 1(2014).

NIYAMA, J. K. & GOMES. A. L. O. **Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas**. Anais do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, Brasília: CFC, 1996.

ORO, I. Margarete e KLANN, Roberto Carlos. **Disclosure Obrigatório de Ativos Intangíveis das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bm&FBovespa**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. XVII,n. 62, p. 45 - 54, jan./abr. 2015.

Pronunciamento técnico CPC 04 (R3) – **Ativo Intangível**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG04\(R3\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG04(R3))>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

REIS, L.G.: RAFAEL, A. B. L.: MILANI, B. L.: MIRANDA, D. R. **Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica: uma análise comparativa com empresas listadas na BM&FBovespa entre 20016 e 2012**. Revista de Informação Contábil (RIC) – Londrina - PR, Brasil. RIC v.10 - n. 1 - p. 44-58- Jan-Mar/2016.

RITTA, Cleyton de Oliveira, ENSSLIN, Sandra Rolim, RONCHI, Suelen Haidar. **A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM) – FACECLA- Campo Largo - PR, Brasil. RECADM v. 9 - n. 1 - p. 62-75 - Maio/2010.

SILVA, A.C.R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.